

Maria Mello de Malta (coord.) *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/UFRJ.

O livro é o resultado de um esforço de vários pesquisadores reunidos em torno do LEMA, Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauille do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como explica a coordenadora, Maria Mello de Malta, ele nasceu para alcançar dois objetivos simultaneamente: apreender as conexões entre economia, política e história e, assim, compreender o pensamento produzido em ciências sociais, especialmente em Economia, tendo por referência o pensamento brasileiro. Ademais, como ela própria indica, a pesquisa buscou dar continuidade ao trabalho de sistematização da história do pensamento econômico brasileiro realizado nos anos 80 por Ricardo Bielschowsky. No empreendimento, os autores procuraram encontrar uma base metodológica comum, a qual foi encontrada, não sem as devidas adaptações e renovações, nas obras clássicas de Maurice Dobb e Isaac Rubin – os quais, por sua vez, se inspiraram nas *Teorias da mais-valia* de Marx. Ademais, é preciso ressaltar que o grupo, formado de pesquisadores jovens, recebeu a supervisão atenta de Ângela Ganem.

Abre o livro justamente um artigo que se originou da necessidade de estabelecer as bases metodológicas do estudo: *A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão*. Maria Mello de Malta, Rodrigo Castelo, Marco Antônio da Rocha, Bruno Borja e Pablo Bielschowsky indicam aí porque o trabalho do grupo se orientou pela temática do desenvolvimento, a qual, segundo eles, retornara ao centro dos debates contemporâneos sobre os destinos da economia brasileira. Além de explicar em detalhes a leitura que foi feita daqueles dois clássicos do pensamento econômico acima mencionados, os autores procuraram explicitar nesse texto como estabeleceram a periodização histórica e como articularam-na à organização conceitual que evoluiu daquela leitura.

O prefácio do livro, escrito por Ricardo Bielschowsky, trata principalmente de justificar a relevância da retomada do tema da pesquisa, qual seja, o de explorar o debate histórico sobre os caminhos e os modelos de desenvolvimento que estão abertos à economia brasileira. É desse autor que copiamos aqui uma parte de sua apresentação que visa dar uma idéia do livro como um todo:

“Depois do capítulo coletivo sobre o método, somos brindados, inicialmente, com o capítulo escrito por Angela Ganam colocando a HPEB no contexto da história do pensamento econômico geral, dando-lhe sentido

histórico e pondo luz a uma interpretação das particularidades da nossa história do pensamento econômico. Esse primeiro movimento cio trabalho, que busca nos envolver no tema da HPEB sob várias abordagens, e conclui com mais dois capítulos em sequência. Bruno Borja insere o pensamento econômico brasileiro no debate internacional, enquanto as penas de Victor L. Gomes e Hélio de Lena Júnior desenharam o capítulo sobre a história do período na perspectiva de sua institucionalidade política. A partir daí o livro se abre em controvérsias próprias do pensamento brasileiro.”

“Cada um dos temas tratados — estagnação, padrão de acumulação, distribuição e revolução brasileira — abre-se em suas inter-relações com a história e com os outros debates, trazendo a riqueza da análise da pesquisa em curso. A sensação da leitura é que a relação dos temas com a questão do desenvolvimento expressa sua centralidade em cada debate e, desta forma, a hipótese de partida do percurso se confirma a cada página. As controvérsias escolhidas para serem trabalhadas neste volume são exploradas de forma diferenciada. Claudio Salm estabelece o ponto de partida das controvérsias pós-1964. A conjuntura política polarizada do período colocava as divergências analíticas sobre o processo de desenvolvimento brasileiro em um campo minado. Claudio nos esclarece que Celso Furtado via, nos anos 1960, a estagnação como um processo inexorável em virtude do padrão distributivo concentrador estabelecido na economia brasileira. Do outro lado, Tavares e Serra, já no exílio, apontaram, do alto dos anos 1970, os limites daquela interpretação de Furtado, rompendo analiticamente com seu mestre ao introduzirem um instrumental kaleckiano no debate. Pablo Bielschowsky toma esta estrada e enfrenta o curso tomado por esta controvérsia original a partir dos trabalhos de Tavares, Lessa e Castro. Sua exploração minuciosa do debate abre para a compreensão da controvérsia existente tanto entre estes autores, como no campo governamental durante a ditadura.”

“Maria Malta aprofunda a análise do período destacando o debate distributivo dos anos 1970. Seu enfoque coloca luz sobre a introdução do instrumental teórico do capital humano na tentativa de reforço interpretativo da questão distributiva como uma consequência natural do processo de acumulação. Seu trabalho destaca que tal apelo teórico se estabelecia na contra-mão da tradição do pensamento econômico brasileiro. A autora apresenta o foco da tradição brasileira nas estruturas produtivas e políticas do país e indica que classes sociais, suas rendas e seus padrões de consumo se apresentaram de forma perene nessa controvérsia. Finalmente, a última controvérsia traçada mereceu dois artigos. O trabalho de Marco Antonio da Rocha sobre o espraiamento e multi-significação do conceito de Revolução Brasileira nas variadas vertentes da intelectualidade nacional, junto com a

pesquisa autoral de Rodrigo Castelo sobre a obra de Florestan Fernandes, conformam a base para a argumentação de que o tema da Revolução Brasileira pertence ao debate econômico. Os autores marcam as raízes econômicas da questão da Revolução Brasileira indicando que sua organização depende fundamentalmente de concepções sobre estrutura das relações sociais de produção específicas do Brasil.”

O Editor